

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DOS CIDADÃOS DE FERREIRA DO ALENTEJO

ATA Nº1/2013

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11 DE MARÇO DE 2013

PRESENCAS

MESA

Presidente – Aníbal Sousa Reis Coelho da Costa – Presidente da Câmara Municipal

Secretário – António Francisco Galvão Gomes – Comandante do Corpo de Bombeiros

Secretário – Renato Andrade – Comandante do Posto Territorial da GNR

Rui Filipe Fezes Páscoa – Substituto legal do Presidente da Assembleia Municipal

José Francisco Fortunato Borges – Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas

Ana Margarida Pires Correia Sebastião – Procuradora Adjunta do Ministério Público

João Mário Lopes Sardica – Representante da ARS - Unidade de Prevenção de Beja

José Horta Godinho – Provedor da Santa Casa da Misericórdia

Manuel António Canilhas Reis – Presidente da Associação de Beneficiários da Obra de Rega de Odivelas

Francisco Barbosa Martins Branco – Designado pela Assembleia Municipal

Maria Rosa Maurício Carvoeiras – Designado pela Assembleia Municipal

***Luís Tiago de Almeida Maciel** – Comandante do Destacamento Territorial de Aljustrel

FALTAS

Carlos Manuel Bonito Raposo – Presidente da Junta de Freguesia de Alfundão

Manuel Joaquim dos Santos Canilhas – Presidente da Junta de Freguesia de Figueira dos Cavaleiros

António Fernando do Rosário Lota – Designado pela Assembleia Municipal

Manuel António Estevão Catalão – Designado pela Assembleia Municipal

José Diogo Vilão Rosa Branco – Designado pela Assembleia Municipal

Marco Lourenço Neves Maurício – Designado pela Assembleia Municipal

Maria da Glória Dantes Bernardo – Designado pela Assembleia Municipal

Paulo Fernando Marrafas Conde – Designado pela Assembleia Municipal

Início: Vinte e uma horas

Local: Sala de Sessões do Município de Ferreira do Alentejo

Secretariou: João Pedro Brites Raposo Alexandre

* Presente na qualidade de convidado(a)

-----O **Senhor Presidente da Câmara** quando eram vinte e uma horas, após ter verificado quórum para o funcionamento do CMS (Conselho Municipal de Segurança), deu início à reunião de acordo com a ordem de trabalhos.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** agradeceu a presença do Comandante do Destacamento Territorial da GNR de Aljustrel, bem como, do Vereador da Câmara Municipal Manuel Reis, que no desempenho das suas funções poderão dar um contributo positivo para os assuntos discutidos no seio do CMS.-----

1.-ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

-----O **Senhor Presidente da Câmara** sugeriu que fosse dispensada a leitura do projeto de ata da reunião anterior, ordinária nº2/2012, realizada no dia 10 de outubro de 2012, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros do CMS com antecedência.-----

-----Havendo acordo unânime foi colocado em discussão o projeto de ata da reunião anterior. -

-----Não havendo nenhuma intervenção procedeu-se à votação do texto final da ata da reunião anterior.-----

-----O **Conselho Municipal de Segurança** deliberou por unanimidade aprovar a ata da reunião ordinária nº2/2012, de 10 de outubro de 2012.-----

2.-INFORMAÇÕES

-----O **Senhor Presidente da Câmara** informou que se encontra a decorrer o concurso de empreitada para a reabilitação do Posto Territorial da GNR de Ferreira do Alentejo, edifício sito na Rua da República, em Ferreira do Alentejo. A requalificação daquele espaço foi conseguida através de protocolo celebrado com o Ministério da Administração Interna (MAI), bem como, a candidatura a Fundos Comunitários Europeus (QREN) cujo seu financiamento se divide nas seguintes partes:-----

-----85% do valor proveniente de fundos comunitários;-----

-----10% do valor proveniente do MAI;-----

-----5% do valor proveniente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo (valor que na prática não se verifica pois na candidatura encontra-se incluído o valor do imóvel, anulando o valor da participação da autarquia).-----

-----O **Senhor Rui Páscoa** questionou se o imóvel, após a requalificação continua a pertencer à autarquia.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que o imóvel continuará a ser da autarquia. No futuro será celebrado um contrato de comodato, com vigência de 50 anos, com o MAI, para

usufruto daquele espaço com a finalidade de alocação do Posto Territorial da GNR do concelho. Mais informou, que as obras de requalificação se iniciarão em abril ou maio do corrente ano finalizando-se em 2014. -----

-----Não houve mais intervenções. -----

3.-ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A SEGURANÇA DOS CIDADÃOS DO CONCELHO DE FERREIRA DO ALENTEJO

-----O **Senhor Presidente da Câmara**, na sequência dos assuntos abordados nas últimas reuniões do CMS (Requalificação do Posto Territorial da GNR de Ferreira do Alentejo e condições de habitabilidade dos cidadãos oriundos de nacionalidade romena ou de leste), deu a palavra ao Senhor Comandante do Destacamento Territorial de Aljustrel a fim de efetuar algumas considerações quanto ao assunto.-----

-----O **Senhor Comandante do Destacamento Territorial de Aljustrel** informou que na sequência do Primeiro-Sargento Rui Sousa (Comandante de Posto Territorial da GNR de Ferreira do Alentejo) se encontrar a frequentar o curso de promoção de Sargento-Ajudante, o comando será assumido pelo Segundo Sargento Andrade auxiliado pelo Furriel João Oca.-----

-----Referente à requalificação do Posto Territorial, entende ser fundamental existir uma centralidade geográfica dos meios, de proximidade e presença dando mais segurança à população.-----

-----Quanto à movimentação de cidadãos oriundos de nacionalidade romena ou de leste, trata-se de um fenómeno recorrente devido à mudança do panorama a nível europeu da exploração agrícola. Sublinhou não existir uma relação direta entre o aumento da criminalidade com a população emigrante daquela etnia. Quanto à fiscalização, e GNR tem efetuado fiscalizações nas oliviculturas (primeiro patamar de intervenção), verificando as condições de trabalho e habitabilidade dos seus trabalhadores. Um ponto de fragilidade apontado são as condições de habitabilidade da população romena. Como tal, níveis de rendimento e condições sociais mais baixas trazem reflexos ao nível da insegurança, podendo originar crimes de oportunidade.-----

-----Ao nível da criminalidade, o concelho de Ferreira do Alentejo equipara-se muito a um concelho do litoral em vez de um concelho do interior. A centralidade geográfica, bons acessos rodoviários, contribui muito para o aumento dos níveis de criminalidade.-----

-----Ao nível do efetivo local e comparativamente com o ano transato, o número de agentes é o mesmo. Foi proposto a passagem do Posto Territorial para a categoria tipo A (mínimo 35 militares) não derivado ao aumento da criminalidade mas do ponto de vista da intensificação da prevenção.-

-----O **Senhor Presidente da Câmara** comentou que as smart shops, assunto abordado na última reunião do CMS e de acordo com a comunicação social, estão prestes a sofrer alterações em virtude de alterações legislativas.-----

-----O **Senhor João Sardica** complementou a informação anterior, frisando que na última reunião do Conselho de Ministros foram aprovadas determinadas orientações com vista ao saneamento daquelas substâncias alucinogénias através de venda local. -----

-----A **Senhora Procuradora Adjunta do Ministério Público** ainda no que concerne às condições de trabalho e alojamento da população oriunda de leste, destacou que a primeira é mais facilmente controlada pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), enquanto que a segunda é mais difícil (grandes grupos a residir em armazéns, garagens, entre outros). Na sua opinião todas as entidades envolvidas (Câmara Municipal, GNR, Autoridade de Saúde local, Finanças, entre outros), deveriam dissuadir os proprietários de arrendar esses equipamentos para aquele fim alertando-os para as penalizações em caso de transgressão. Nesse contexto, sugeriu a realização de uma reunião com as entidades envolvidas para encontrar uma solução para o problema.-----

-----O **Senhor Rui Páscoa** salientou ser fácil chegar até às suas habitações quando os indivíduos não possuem contrato de trabalho. Na sua opinião, a escolha dos alojamentos (com ou sem condições) é da responsabilidade daqueles emigrantes, uma vez que o intuito principal será poupar mais dinheiro para enviar para o seu país de origem. -----

-----A **Senhora Maria Carvoeiras** olhando para a realidade atual, comentou que estes não são emigrantes normais, que procuram melhores condições de trabalho e vida para a sua família. Na sua opinião, o problema é mais profundo do que parece vendo com pessimismo o controlo da situação. -----

-----O **Senhor Comandante do Destacamento Territorial de Aljustrel** sublinhou que referente aos contratos de trabalho e tendo em conta as fiscalizações efetuadas, esses indivíduos estão legais. Na sua opinião, a fragilidade está nas empresas angariadoras de mão-de-obra. O vencimento base prometido é em muito semelhante ao ordenado mínimo nacional, porém, no país de origem da mão-de-obra, o salário oferecido é muito inferior aquele pago e declarado e tributado em Portugal. A curto prazo, uma sensibilização direta junto dos proprietários ou arrendatários dos espaços mencionados, será a opção mais viável, todavia, não é uma solução definitiva. Deu exemplo de uma situação detetada no concelho pelas autoridades com competência de fiscalização. -----

-----A **Senhora Procuradora Adjunta do Ministério Público** reforçou a necessidade de sensibilizar os proprietários referenciados para o não aluguer de espaços sem condições mínimas de habitabilidade a fim de contornar a situação deparada. É sabido que não se consegue erradicar o problema, contudo se for minorado é mais uma vitória.-----

-----O **Senhor Rui Páscoa** informou que, na maior parte das vezes, não existe contrato de arrendamento, situação que poderia ser fiscalizada pelas entidades competentes. Existe sim uma cedência de espaço condicionada a um pagamento monetário não declarado.-----

-----A **Senhora Maria Carvoeiras** comentou que para existir um contrato de arrendamento válido tem obrigatoriamente que existir licença de habitabilidade para aquele imóvel. -----

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
DOS CIDADÃOS DE FERREIRA DO ALENTEJO
Ata nº1/2013

-----O **Senhor João Sardica** sublinhou que apesar de tudo são cidadãos comunitários e são as vítimas diretas dos engajadores das entidades empregadoras ou empresários agrícolas sem escrúpulos. Na sua opinião, terá que existir uma conjugação de esforços, uma pedagogia junto dos principais intervenientes (empresários agrícolas) e tentar em conjunto com as autoridades explicar as penalizações para quem não respeita a lei. -----

-----A **Senhora Procuradora Adjunta do Ministério Público** voltou a referir que, no contexto abordado, quem fomenta a entrada de cidadãos estrangeiros serão os empresários agrícolas e serão esses a quem se deve direccionar, numa primeira fase, as ações de sensibilização, expondo a situação existente e articulando alternativas válidas para o problema em causa. -----

-----O **Senhor Rui Páscoa** deu outro exemplo de emigração precária no concelho de Ferreira do Alentejo.-----

-----O **Senhor João Sardica** sugeriu que seria útil convidar para uma próxima reunião do CMS o Diretor do ACT na região Alentejo, a fim de prestar os esclarecimentos necessários quanto ao problema deparado. -----

-----A **Senhora Maria Carvoeiras** comentou a experiência laboral de um familiar direto numa exploração agrícola onde trabalhavam cidadãos de nacionalidade romena. Referiu que aqueles indivíduos trabalham em horário contínuo, sem intervalos para as refeições. -----

-----O **Senhor Comandante do Destacamento Territorial de Aljustrel** comentou que dos cidadãos identificados por aquela entidade (120 indivíduos romenos), quase todos auferiam aproximadamente 10€ diários pelo seu trabalho. -----

-----Referiu ainda, que as fiscalizações efetuadas no passado eram demoradas porque era difícil obter os documentos pessoais e respetivos contratos de trabalho. Atualmente, os responsáveis por aqueles indivíduos já se encontram no local e possuem consigo cópias dos documentos respetivos.-----

-----Apesar das condições de trabalho e de habitabilidade serem mínimas, para aqueles indivíduos ainda lhes é vantajoso economicamente trabalharem em Portugal. -----

-----A **Senhora Procuradora Adjunta do Ministério Público** frisou que apesar de ser vantajoso laborar nas condições referidas, existem limites para o mínimo de condições de habitabilidade. É necessário estar-se atento de forma a evitar situações que possam por em causa a saúde pública. Deu como exemplo uma situação onde se encontrava identificado um caso muito grave de tuberculose num estado altamente avançado que colocava em causa todos os intervenientes naquele processo. Sublinhou ser importante o envolvimento da autoridade de saúde nas questões da segurança do concelho.-----

-----O **Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Ferreira do Alentejo** acrescentou que a situação identificada, favorável a múltiplos contágios, foi detetada porque o indivíduo faltou a várias consultas e foi "forçado" pelas autoridades a comparecer junto das autoridades de saúde. ---

-----A **Senhora Procuradora Adjunta do Ministério Público** acrescentou que o indivíduo em causa foi submetido a tratamento em regime de ambulatório já não se encontrando a trabalhar na exploração agrícola (entidade empregadora).-----

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
DOS CIDADÃOS DE FERREIRA DO ALENTEJO
Ata nº1/2013

-----O **Senhor Rui Páscoa** comentou que a vinda das famílias dos respetivos emigrantes, ou o aumento da natalidade no seio daquelas famílias, eventualmente terá a ver com os apoios concedidos pelo estado ao nível dos rendimentos sociais (quanto maior for o número de dependentes maior é o apoio social por parte do estado).-----

-----A **Senhora Procuradora Adjunta do Ministério Público** constatou que com as medidas tomadas pelo Governo Português (cortes ao nível das prestações sociais, entre outros), até os emigrantes estão a sentir cada vez mais dificuldades.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** comentou que caso a atribuição de subsídios seja cada vez mais rígida/controlada pelas entidades competentes, talvez se inverta a tendência da emigração dos cidadãos de leste para Portugal.-----

-----Reforçou ainda a disponibilidade da Câmara Municipal para em conjunto com outras entidades colaborar em ações preventivas de forma a colmatar ou minimizar o problema.-----

-----A **Senhora Maria Carvoeiras** usou da palavra para informar a Câmara Municipal que o animal de raça considerada perigosa (estilo Dog Argentino) que andava solto na Rua Machado dos Santos, em Ferreira do Alentejo, da qual foi vítima (denúncia efetuada nos serviços da autarquia em fevereiro de 2013), voltou novamente a ser visto pela própria na mesma zona, sem a presença do proprietário e sem qualquer meio de contenção adequados à espécie e à raça (açaimo funcional ou outro).-----

-----O **Senhor Francisco Branco** comentou que dentro do perímetro urbano da localidade de Ferreira do Alentejo existem muitos cães vadios, situação que não se vê noutros concelhos.-----

-----O **Senhor Vereador da Câmara Manuel Reis** manifestou a sua opinião dizendo que a maioria dos animais que deambulam à solta nas ruas da localidade não são vadios mas têm dono que os soltam durante o dia.-----

-----O **Senhor Rui Páscoa** afirmou que a partir de uma determinada altura (eventualmente após a divulgação pelos media do Pitbull como cão utilizado em lutas de animais) surgiu o culto da criação desses mesmos cães, considerados perigosos, e na sua opinião, as intenções não serão propriamente as melhores.-----

-----O **Senhor Comandante do Destacamento Territorial de Aljustrel** sublinhou que qualquer animal a partir do momento que ataca automaticamente é considerado pelas entidades competentes como um animal perigoso, aplicando-se a legislação específica para o efeito. Mais informou, que os cães considerados potencialmente perigosos são animais que pela sua fisionomia e constituição física exigem diariamente muito espaço e muito exercício físico. Caso essas necessidades sejam contrariadas, o sistema nervoso do animal poderá alterar-se originando comportamentos de agressão junto daqueles que os rodeiam. A GNR através da sua equipa do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) logo após o período dos incêndios começam a dar mais ênfase à fiscalização dos canídeos.-----

-----A **Senhora Maria Carvoeiras** comentou que os donos dos referidos animais não são sensíveis à legislação em vigor, nem às coimas, nem aquilo que os animais podem originar. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu a presença e contributos dos membros presentes, quanto aos assuntos abordados. -----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara, quando eram vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, deu por encerrada a sessão. -----

-----E eu _____, Assistente Técnico, para o efeito designado, secretariei a reunião e redigi a presente ata, que depois de conferida vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal. -----

O Presidente da Câmara,

Dr. Anibal Sousa Reis Coelho da Costa